
NEGÓCIOS DE FAMÍLIA: NOTAS SOBRE O CAPITAL ECONÔMICO FAMILIAR DE UM GOVERNADOR REPUBLICANO (RIO GRANDE DO SUL, SÉCULO XIX)

FAMILY BUSINESS: NOTES ABOUT FAMILY ECONOMIC CAPITAL OF A REPUBLICAN GOVERNOR (RIO GRANDE DO SUL, CENTURY XIX)

Carina Martiny
Doutoranda em História¹
carinamartiny@gmail.com

RESUMO: Este artigo trata de alguns aspectos da trajetória do líder republicano Júlio Prates de Castilhos a partir da análise da dinâmica econômica de sua família ao longo da segunda metade do século XIX. Objetiva analisar a relação entre a construção do capital econômico familiar com a formação da carreira político-profissional de Júlio de Castilhos. Partindo da análise qualitativa de inventários e correspondências familiares, investiga os investimentos e atividades econômicas da família Castilhos e evidencia a centralidade dos negócios pecuários e comércio de muares na construção do capital econômico familiar. Demonstra a vinculação e dependência da formação superior de Júlio de Castilhos aos negócios familiares, uma vez que o capital que financiou seus estudos provinha de rendimentos gerados por meio das atividades econômicas de sua família. Demonstra também que, mesmo residindo na capital do estado e desempenhando atividade de advogado, jornalista e político, Júlio de Castilhos manteve vinculação com negócios da família, seja pela manutenção dos bens herdados, seja através de investimentos em atividades pecuárias.

PALAVRAS CHAVE: Família. Atividades econômicas. Trajetória.

ABSTRACT: This article deals with some aspects of the trajectory of the Republican leader Júlio Prates de Castilhos from the analysis of the economic dynamics of his family during the second half of the nineteenth century. It aims to analyze the relationship between the construction of family economic capital through the formation of the political career of Júlio de Castilhos. Starting from the qualitative analysis of inventories and family correspondence, research investments and economic activities of the Castilhos family and highlights the centrality of the livestock business and trade mules in building family economic capital. Demonstrates the dependence of binding and higher education Júlio de Castilhos the family business, since the capital that financed his studies came from income generated through the activities of his family. It also shows that even residing in the state capital and playing activity lawyer journalist and politician, Júlio de Castilhos maintained ties with the family business, is the maintenance of inherited assets, whether through investments in livestock activities.

KEYWORDS: Family. Economic activities. Trajectory.

¹ Aluna do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Bolsista CAPES.

Introdução

O ano de 1889 ficou marcado pela mudança de regime político no Brasil. No Rio Grande do Sul, assim como em outras províncias brasileiras que passaram a ser denominadas estados, o fim do Império e o início da República significou a ascensão ao poder dos republicanos. O Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), fundado em 1882, estava, naquele momento, longe de ser hegemônico no estado. A força do Partido Liberal durante os anos finais do Império criou dificuldades iniciais para a tomada e consolidação do poder pelos republicanos gaúchos. Exemplo maior da dificuldade enfrentada pelos que ascendiam ao poder foi a Revolução Federalista, guerra civil que opôs republicanos e federalistas, entre 1893 e 1895.² A vitória garantiu a hegemonia republicana no poder, mas não significou o desaparecimento da forte oposição.³

Entre os republicanos que tomaram o poder no Rio Grande do Sul, a historiografia destaca a liderança de Júlio Prates de Castilhos, especialmente durante os primeiros anos do novo regime. Contando com 29 anos quando a República foi proclamada no Rio de Janeiro, Castilhos já atuava em favor do regime há alguns anos. Formado em Direito pela Faculdade de São Paulo em 1881, retornou ao estado natal e passou a atuar na advocacia em Porto Alegre.⁴ Desde logo se envolveu com atividades políticas. Juntamente a outros jovens recém-formados – como José Gomes Pinheiro Machado, Joaquim Francisco de Assis Brasil e Antônio Augusto Borges de Medeiros – e a antigos propagandistas republicanos como Apolinário Porto Alegre e Francisco Xavier da Cunha, fundou, em 1882, o Partido Republicano Rio-Grandense. Dois anos depois, em 1884, começava a circular a folha

² O retorno do exílio, em 1892, de Gaspar Silveira Martins, antigo líder liberal, levou à reorganização da oposição aos republicanos no Rio Grande do Sul. Assim, no mesmo ano foi fundado o Partido Federalista, congregando a grande maioria dos antes membros do Partido Liberal, membros do Partido Conservador e alguns republicanos dissidentes. Foi o Partido Federalista, sob a liderança de Silveira Martins, o grande adversário dos republicanos, então sob a liderança de Júlio de Castilhos, durante o conflito de 1893-95.

³ A vitória dos republicanos na Revolução Federalista não levou ao desaparecimento da oposição, afinal, como aponta Joseph Love, um dos resultados da guerra foi “a polarização política mais extrema”, de modo que a política teria girado “em torno de dois bem organizados partidos”, o PRR e o Partido Federalista (LOVE, 1975, p. 78).

⁴ Os dois cursos de direito existentes no Brasil durante o período imperial foram criados em 1827 e começaram a funcionar no ano seguinte, um em São Paulo e outro em Olinda. O curso de Olinda acabou sendo transferido para Recife em 1854 (CARVALHO, 2007, p.74).

republicana em Porto Alegre – o jornal *A Federação* – do qual foi um dos fundadores e também redator.⁵ Com a Proclamação da República, Castilhos assumiu papel de centralidade na política regional, seja como chefe do PRR, seja como presidente do Estado.⁶

Para entender e complexificar esta centralidade assumida por Castilhos e tão destacada pela bibliografia e historiografia, este artigo propõe analisar alguns aspectos que contribuíram para a sua formação enquanto profissional-liberal e político. Para isso, parte da análise da dinâmica econômica de sua família, identificando as atividades produtivas que permitiram a constituição de uma fortuna capaz de sustentar projetos familiares. Entende-se, neste sentido, a vinculação entre a construção do capital econômico familiar e a formação da carreira político-profissional de Júlio Prates de Castilhos. O artigo analisa também as atividades e investimentos econômicos de Júlio de Castilhos durante o período que viveu na capital do estado, atuando como advogado, jornalista e como uma das grandes lideranças políticas republicanas.

Assim, delimitamos a análise à segunda metade do século XIX, dividindo-a em dois momentos. O primeiro, compreendido entre os anos de 1860 e 1870, analisa as atividades econômicas da família de Francisco Ferreira de Castilhos, período em que há grandes indicativos das atividades pecuárias da família. O segundo momento, que inicia na década de 1880 e se estende até 1903, analisa a dinâmica econômica de Júlio Prates de Castilhos, um dos filhos de Francisco Ferreira de Castilhos.

A documentação utilizada na análise é composta por inventários *post-mortem* e correspondências familiares. Os inventários utilizados são os de Francisco Ferreira de Castilhos, falecido em 1871, e o de Júlio Prates de Castilhos, falecido em 1903. As correspondências analisadas foram enviadas ou recebidas por membros da família Castilhos. A análise qualitativa e o cruzamento de informações realizado a partir destas fontes permite compreender o universo econômico e valorativo de uma família de elite bem como identificar alguns aspectos que sustentaram a carreira política do chefe republicano Júlio de Castilhos.

Os Castilhos e seus negócios

⁵ Algumas informações e considerações sobre o jornal republicano *A Federação* podem ser encontrados na obra organizada por Magaret Bakos (2006).

⁶ Júlio de Castilhos esteve à frente do governo estadual por duas ocasiões: de 15 de julho de 1891 a 12 de novembro de 1891 e de 25 de janeiro de 1893 a 25 de janeiro de 1898.

O falecimento de Francisco Ferreira de Castilhos, em 1871, levou a família Castilhos a abrir o processo de inventário de seus bens. Neste ano, a família contava com um capital que somava quase 434 contos de réis. Descontando as dívidas passivas, restavam mais de 343 contos de réis. Como demonstra a tabela abaixo, a maior parte do patrimônio da família estava concentrada em bens de raiz e animais, que juntos, somavam mais de 70% de toda a riqueza.

Os bens de raiz correspondiam a 39% do valor dos bens da família, sendo que as propriedades estavam distribuídas em três municípios. Em São Gabriel, a família Castilhos possuía campos, ranchos, currais e uma casa, além de um terreno na praça da matriz. Na vila de Santa Maria da Boca do Monte, a família era proprietária de um quarto de légua de mato. Já em São Martinho, local em que a família residia, concentrava-se a maior parte das propriedades: duas sesmarias que correspondiam à Fazenda da Reserva, sede da família, contendo invernada, casas, galpão, mangueiras e mais benfeitorias; cerca de duas léguas de campo denominado Sortiga com matas, invernada, casas, mangueiras e benfeitorias; mais de duas léguas de campos com casas, mangueiras e benfeitorias denominados Boa Vista e Taquará; uma légua de extensão correspondente à invernada da Várzea; e, uma légua de extensão de terras lavradas na Serra Geral de São Martinho, com paiol e benfeitorias.

Tabela 1. Distribuição dos Bens de Francisco Ferreira de Castilhos

Distribuição de bens	Valor em mil-réis	Em %
Bens de Raiz	168:300\$000	39%
Bens Móveis	3:219\$000	1%
Semoventes Animais	139:471\$000	32%
Semoventes Escravos	24:850\$000	6%
Dívida Ativa	97:900\$691	22%
MONTEMOR	433:740\$691	100%
Dívida Passiva	90:610\$335	-
MONTE PARTILHA	343:130\$356	-

Fonte: APERS, Cartório Órfãos e Ausentes, Júlio de Castilhos, 1871, Inventário, n. 93.

Quanto aos animais, é possível perceber, pela tabela acima, que correspondiam a uma quantia muito próxima aos bens de raiz. Representavam 32% do valor total dos bens. Apesar de parte dos animais de Francisco ser criada na propriedade de São Gabriel, a maior parte estava concentrada nas propriedades de São Martinho. A partir dos dados apresentados na tabela abaixo, destaca-se a diversidade do rebanho criado por Francisco Ferreira de Castilhos.

Tabela 2. Animais por rebanho de propriedade do casal Castilhos

Rebanhos	nº	Valor em mil-réis	Percentual do valor do rebanho
Vacum	9884	92:412\$000	66%
Cavalar	2228	12:074\$000	9%
Muares	2300	34:120\$000	25%
Ovinos	450	360\$000	0%
Burros	186	505\$000	0%
TOTAL		139:471\$000	100%

Fonte: APERS, Cartório Órfãos e Ausentes, Júlio de Castilhos, 1871, Inventário, n. 93.

A diversificação dos rebanhos encontrada para o caso analisado não destoia da constatação feita por Araújo (2008) em relação aos criadores de Cruz Alta: a diversificação dos rebanhos era a principal característica de muitas propriedades. Como é possível perceber através da Tabela 2, o rebanho dos Castilhos era composto, na maior parte, por vacuns, especialmente reses de criar. André Nascimento Corrêa (2013), ao analisar os a presença de animais em inventários de Caçapava no período de 1821-1850, observou a predominância vacum, já que representavam mais de 70% dos rebanhos. Assim, fica evidenciado que a predominância de gado vacum era característica da criação de animais no Rio Grande do Sul no século XIX, Mais do que isto, evidencia-se que a economia pecuária era central na província, a qual também se integrava, como é possível perceber, Francisco Ferreira de Castilhos .

Do mesmo modo que destaca a predominância dos vacuns entre os rebanhos, Corrêa (2013) destaca que o mesmo pode ser observado quanto aos valores. Na análise geral dos 132 inventários com animais, correspondente a três décadas (1820, 1830 e 1840), o autor observou que o rebanho vacum representava 80% do valor total dos rebanhos. Esta mesma observação

podemos fazer em relação ao gado vacum inventariado de Francisco, uma vez que este representava 66% do valor total dos rebanhos.

Outro rebanho que chama atenção é o de muares. Constam, no inventário, 2300 animais, representando 25% do valor total dos rebanhos. Mesmo que em termos de valores totais os muares representem um percentual menor em relação ao gado vacum, em termos de valor por animal, eram superiores. As reses de criar, por exemplo, foram avaliadas no inventário de Francisco em oito mil-réis cada e as novilhas pelo valor de 16 mil-réis cada. Em compensação, as mulas mansas foram avaliadas em 24 mil-réis cada. Mesmo que estes preços possam não corresponder ao valor de mercado, uma vez que nos inventários, muitas vezes, os valores podem ser subestimados, são, ainda assim, um bom indicativo das vantagens monetárias que a criação de muares poderia representar.

Observando os demais tipos de rebanhos percebemos um grande número de éguas de criar e burros, de cujo cruzamento era possível se obter mulas. Assim, pode-se avaliar que a criação de mulas era parte essencial da produção das fazendas dos Castilhos. Lembremos que São Martinho era distrito de Cruz Alta, apontada por Araújo como região caracterizada economicamente pela criação de gado vacum e muar, de modo que a composição dos rebanhos de Francisco de Castilhos seguia a tendência da região.⁷

A correspondência familiar revela que o comércio de animais era uma das principais atividades a que a família Castilhos se dedicava. Em junho de 1866 Carolina Prates, esposa de Francisco de Castilhos, escrevia ao marido dando notícias suas, dos filhos e dos negócios da Fazenda da Reserva. Francisco, ao que é possível presumir, encontrava-se em viagem de negócios. Carolina escreveu afirmando que “mto [sic] estimarei tenha feito boa venda de suas boas tropas ainda mais desejo que ten(ha) feito algumas cobranças” (AHRS, Fundo Júlio de Castilhos, Série 2, Subsérie 4, cx. 2, m. 7, doc.1).

A partir de uma relação de dívidas ativas que consta no inventário de Francisco Ferreira de Castilhos, podemos inferir que o comércio de mulas em São Paulo era atividade importante para os Castilhos. Entre as dívidas ativas existentes em 1871, havia um documento no valor de 55 contos e 737 mil-réis (55:737\$000), referentes à “Importância de uma tropa de

⁷ O período que analisamos, de início da década de 1870, corresponde, segundo Araújo, à retomada da alta do comércio de muares, que havia enfrentado um decréscimo na década anterior (ARAÚJO, 2008, p. 99).

bestas em número de novecentas” que havia sido vendidas na província de São Paulo (APERS, Cartório Órfãos e Ausentes, Júlio de Castilhos, 1871, Inventário, n. 93, f. 43v).

Também cartas enviadas por Francisco Ferreira dão conta da existência desta atividade comercial e sua ligação com a província de São Paulo. É o caso da correspondência enviada, em 14 de novembro de 1861, a Carlos Pacheco de Macedo Jaques. Nesta, Francisco cobra do destinatário a quantia de um conto e quatrocentos mil-réis (1:400\$000) que, segundo suas instruções, deveria ser entregue a Dulcio Mariano Ribas para amortizar a quantia de um conto e seiscentos mil-réis (1:600\$000) que devia “ao dito Snr. Dulcio pela condução de m^a (sic) tropa” (AHRS, Fundo Júlio de Castilhos, Série 2, Subsérie 2, cx. 2, m. 5, doc.1). Em outra correspondência, datada de 6 de junho de 1866, Francisco informa a Joaquim Carlos da Silveira que “Pelos muitos prejuízos das feiras anteriores resolvi-me voltar a esta Provincia para arrecadar as algumas dividas, que restam-me a cobrar, entre as quais considerei sempre mui bem parado o que V. Sra. Me deve, não só pela consideração, que V. Sra. Merece; como pela vantajosa transacção, de que provem essa divida” (AHRS, Fundo Júlio de Castilhos, Série 2, Subsérie 2, cx. 2, m. 5, doc.2).

A província a que Francisco se refere era São Paulo, já que a carta era endereçada de Sorocaba. Conforme se pode perceber, Francisco havia retornado a Sorocaba para cobrar dívidas referentes à venda realizada em feiras anteriores, sendo uma destas dívidas, aquela que tinha seu remetente. Pelo conteúdo da carta, pode-se inferir que os negócios de Castilhos estavam relacionados, direta ou indiretamente, aos negócios do café, produto em alta naquele momento. Na carta dirigida a Silveira, Francisco faz referência aos “desapontos ocorridos nos negócios de V. Sra.” e afirma que “esperanço-me, que mudem as circunstancias, promovendo V. Sra. mais fáceis cobranças pela abundancia na actual colheita de café” (AHRS, Fundo Júlio de Castilhos, Série 2, Subsérie 2, cx. 2, m. 5, doc.2).

Assim, evidencia-se que a criação de animais e o comércio destes, especialmente de rebanhos vacum e muar, era a atividade central da produção nas propriedades de Francisco Ferreira de Castilhos. Parte importante do comércio de muares, como podemos perceber, era feita na província de São Paulo e estava em dependência, em grande medida, dos bons resultados da economia cafeeira.

Outro dado interessante constante na Tabela 1 é a significativa quantidade de escravos e o seu valor. Os 56 escravos que a família Castilhos possuía valiam quase 25 contos de réis (6% do total de bens). Estes 56 escravos estavam distribuídos nas duas principais propriedades da família: quatro estavam na propriedade em São Gabriel e 52 em São Martinho. Mas, como dimensionar o que significava possuir 56 escravos naquela região neste período? Uma possibilidade é considerar os dados do censo de 1872. Segundo dados deste censo, Francisco era um entre os 150 criadores de gado existentes no distrito de São Martinho e possuía 6,5% dos escravos do distrito (DECON, 2006).⁸ Ou seja, é possível caracterizá-lo como um grande criador proprietário de uma significativa escravaria. Outra possibilidade de dimensionar a significância da sua escravaria é pela comparação com outras análises.

Ao compararmos com os números apresentados por André Corrêa (2013) para Caçapava no período 1821-1850 e Thiago Leitão Araújo (2008), para Cruz Alta no período de 1834-1879, reforçamos a afirmação acima. No período de 1860 a 1879 Araújo encontrou apenas três proprietários com 20 ou mais escravos. Já Corrêa, ao analisar 148 inventários com escravos, encontrou apenas dois com mais de 50 escravos.

A aproximação destas duas posses – animais e escravos – corrobora o que a historiografia sul-rio-grandense vem demonstrando em relação ao século XIX. Luís Farinatti (2010) para o caso de Alegrete, Tiago Araújo (2008) para Cruz Alta, Natália Pinto (2012) para Pelotas e André Corrêa (2013) para Caçapava observaram que as grandes escravarias estavam concentradas nas propriedades com grande concentração de rebanhos, especialmente vacum. É este o caso, das propriedades de Francisco Ferreira de Castilhos. A grande quantidade de escravos do sexo masculino (37 dos 56, ou 66%) combinada a grande quantidade de escravos campeiros (dos 21 escravos que conseguimos obter informações sobre ocupação, 14 eram campeiros) demonstra que a escravaria dos Castilhos era empregada nas atividades de criação de animais.

Apesar da criação e comércio de animais aparecer como a principal atividade econômica da família de Francisco Ferreira de Castilhos, cumpre ressaltar que não é possível ignorar a existência de produção agrícola, como pode ser constatado pela existência de terras

⁸ Segundo dados do Censo, São Martinho possuía uma população de 6.767 moradores, dos quais 804 eram escravos. Os 52 escravos que Castilhos possuía em São Martinho representam 6,5% da população escrava local (DECON, 2006).

lavradias em São Martinho e a posse de dois escravos cuja ocupação era “roceiro”. Essa combinação de atividade criadora com a agricultura também foi observada por outros autores, sendo muito comum nas propriedades do Rio Grande do Sul oitocentista (ARAÚJO, 2008; CORRÊA, 2013). É possível que as terras lavradias de Francisco tenham gerado uma produção destinada ao consumo interno da fazenda, não se descartando a possibilidade, inclusive, de que existissem roças pertencentes aos próprios escravos.

Os negócios rurais de um advogado e político residente na capital do Estado

Nascido em uma família cujas atividades econômicas centravam-se na produção pecuária e escravista, como já demonstramos, Júlio de Castilhos parece, a princípio, não ter seguido os negócios familiares, distanciando-se, inclusive, do espaço rural. Depois de ter concluído o ensino primário na escola de Guilherme Wellington, na Vila de Santa Maria, cursou, na capital da província, os estudos preparatórios no colégio Ferreira Gomes. Em 1877, estava em São Paulo, cursando Direito. Bacharelou-se em 1881 e, retornando ao Rio Grande do Sul, passou a exercer a advocacia na capital da província. Envolvido com a política republicana, permaneceu em Porto Alegre, especialmente depois da Proclamação da República, quando passou a exercer papel político central na capital do estado.

Esta trajetória política e profissional, longe das propriedades da família, poderia nos levar a caracterizá-lo como um típico profissional liberal, atuante nos meios urbanos. Entretanto, sua trajetória não pode ser desvinculada do mundo rural. Afinal, foram os recursos advindos de atividades pecuárias da família Castilhos que sustentaram a formação deste líder republicano. Isto fica evidente na prestação de contas que Carolina Prates de Castilhos, esposa do falecido Francisco Prates de Castilhos, fazia ao Juiz de Órfãos da Comarca de Cruz Alta, em 1876. Carolina, na condição de inventariante e tutora dos filhos menores, assim se referiu aos gastos efetuados com parte da herança que seu filho Júlio de Castilhos recebeu:⁹

⁹Além de Júlio, outros sete filhos de Francisco Ferreira de Castilhos e Carolina Prates eram menores: Adelaide, Francisco, Clara, Inocência, Rita de Cássia, Maria Cecília e Alfredo. Outros dois, Francisca e Carlos, já eram maiores por ocasião do falecimento do pai em 1871.

declarou que este seu filho se acha na cidade de Porto Alegre, em um Colégio estudando, **com o fim de cursar umas das faculdades de ensino superior**, e que com ele **há despendido as rendas** de sua legítima, acrescentando que sua despesa é superior às ditas rendas, mas despesas se compreende não só o ensino que recebe, como também vestuário e mensalidade do colégio em que se acha, sendo tem tido muito aproveitamento. [...] Outrossim, requer que de agora em diante se lhe conceda licença para **despender os rendimentos da legítima de seu filho, com sua educação e outras necessidades**” (APERS, Cartório Órfãos e Ausentes, Júlio de Castilhos, 1871, Inventário, n. 93, Autos de Contas Tutoria, f. 5v-6). Grifos nossos.

Assim, parece pertinente afirmar que a formação de Castilhos como bacharel em Direito pode ser compreendida como uma opção feita por sua família. Jonas Vargas (2010), ao analisar a elite política do Rio Grande do Sul da segunda metade do século XIX, aponta a escolha pela carreira jurídica como uma opção da elite política provincial – imitando um comportamento típico das famílias do centro do país –, que buscava assim diferenciar-se das demais famílias. Esta foi também a escolha feita pela família Castilhos, que investiu na formação de um de seus filhos, enviando-o para a Faculdade de Direito de São Paulo, referendando sua participação no seletivo grupo de famílias da elite.

E esta opção, certamente, dependia de um significativo investimento. Manter-se longe da família requeria recursos que não estavam ao alcance de todas as famílias. Como aponta José Murilo de Carvalho (2007), a grande maioria dos alunos das faculdades de Direito provinham de famílias mais abastadas, já que a matrícula cobrada e o deslocamento e permanência para as cidades em que havia os cursos despendia quantia considerável.

Sobre os “rendimentos da legítima de seu filho” que Carolina pretendia utilizar para sustentar a “educação e outras necessidade” estes correspondem a parte “Nos campos e casas do campo denominado Boa Vista, do districto de São Martinho”, parte “de terras lavradas sitas neste Municipio na serra de São Martinho”, dois escravos, 388 reses eo valor de três contos, setecentos e dez mil, quinhentos e dezessete réis (3:710\$517) em dívidas ativas (APERS, Cartório Órfãos e Ausentes, Júlio de Castilhos, 1871, Inventário, n. 93, f. 43v). Ou seja, era o capital gerado no meio rural, através da venda de animais, o utilizado para a formação superior de Júlio de Castilhos.

Se a formação superior de Júlio esteve diretamente vinculada ao capital rural da família, mesmo depois de formado ele ainda manteve forte ligação não somente com sua

família, residente em São Martinho, como também com negócios familiares e investimentos próprios realizados em atividades pecuárias.

A análise dos bens deixados por Júlio à sua família, por ocasião de seu falecimento, em 1903, permite algumas considerações acerca dos investimentos realizados por ele e do capital que sustentou sua família e sua carreira política na capital do estado.

Como demonstra a tabela abaixo, Júlio possuía uma fortuna considerável quando morreu. Os quase 294 contos de réis que a família possuía garantia uma confortável posição social em Porto Alegre. Para além do que significava tal riqueza, mais interessante é a análise do que formava a fortuna dos Castilhos. Como é possível perceber pela tabela, a maior parte do capital da família era composta por bens de raiz (68%).

Tabela 3. Distribuição de bens no inventário de Júlio Prates de Castilhos

Distribuição de bens	Valor em mil-réis	Em %
Bens de Raiz	200:000\$000	68
Bens Móveis	12:600\$000	4
Semoventes	21:000\$000	7
Dinheiro	10:179\$000	4
Capital social de sociedade	50:000\$000	17
MONTEMOR	293:779\$000	100
		-
MONTE PARTILHA	293:779\$000	-

Fonte: APERS, Comarca de Porto Alegre, 1903, Inventário de Júlio Prates de Castilhos. Versão pdf.

A descrição presente no inventário destes bens de raiz possibilita uma percepção mais acurada desta fortuna bem como dá indícios das atividades econômicas que sustentavam a família de Júlio de Castilhos. Dos bens descritos, a Chácara da Figueira, adquirida em 1896, e o prédio assobradado estavam localizados em Porto Alegre. Todos os demais bens de raiz, como é possível observar na Tabela 4, correspondiam a propriedades que Júlio possuía no município de Vila Rica, onde nasceu.¹⁰ Assim, dos duzentos contos de réis que possuía em

¹⁰ Vale lembrar que Júlio de Castilhos nasceu em 1860 em São Martinho, distrito do município de Cruz Alta. Ao falecer, em 1903, suas propriedades estavam localizadas, segundo consta no inventário, no município de Vila Rica que, até 1891, foi distrito de São Martinho (emancipado de Cruz Alta em 1876). Em 1905, o município passou a chamar-se Júlio de Castilhos.

bens de raiz, 52,5% estavam localizados no interior do estado, sendo, basicamente, propriedades rurais.

Tabela 4. Distribuição dos bens de raiz do Inventário de Júlio de Castilhos

Propriedade	Local	Valor	Valor em %
Chácara da Figueira	Porto Alegre	25:000\$000	12,5
Prédio assobradado	Porto Alegre	70:000\$000	35
Fazenda Boa Vista	Vila Rica	50:000\$000	25
Campo “de fora”	Vila Rica	4:000\$000	2
Invernada do Cervo	Vila Rica	50:000\$000	25
Parte na casa da Fazenda da Reserva	Vila Rica	1:000\$000	0,5
Total	-	200:000\$000	100

Fonte: APERS, Comarca de Porto Alegre, 1903, Inventário de Júlio Prates de Castilhos. Versão pdf.

Nota-se que estas propriedades rurais advinham ainda da herança que Júlio recebera quando da morte de seus pais e que ele não só as manteve como fez render ganhos. A análise da Tabela 3 nos leva a algumas considerações sobre as atividades econômicas de Júlio. A pequena quantidade de semoventes – 600 bois – que correspondiam a apenas 7% do total de bens inventariados, pode sugerir, em um primeiro momento, que a atividade pecuária não teve grande papel entre os investimentos do político republicano.

Entretanto, a análise do capital social de 50 mil réis que possuía (Tabela 3) assinala que a atividade criatória constituiu um importante investimento econômico. Os 50 mil réis correspondiam à parte de Castilhos em uma sociedade firmada em 24 de março de 1903 com Francisco de Lemos Farias. Segundo declarou Honorina, esposa de Júlio e inventariante, “o cabedal social constava do seguinte: mil trescentos e quarenta e três (1343) Novilhos e Bois, mil setecentos e três (1703) rezes de criar; Seiscentos e sete (607) éguas e potros, quinhentas (500) ovelhas, cinquenta e oito (58) mulas, e setenta (70) cavalos” (APERS, Comarca de Porto Alegre, 1903, Inventário de Júlio Prates de Castilhos. Versão pdf. f. 28v). Somando o valor dos animais com uma quantia em dinheiro que estava em posse do sócio Farias no valor de 401 mil e 600 réis e deduzidas as dívidas que a sociedade possuía (1 conto, 992 mil e 700 réis), a sociedade contava com um capital de 100 contos de réis.

Apesar da sociedade ter sido firmada em março de 1903, é possível que Júlio já tivesse negócios anteriores em sociedade com Francisco Farias pois, em início de janeiro daquele ano, ao escrever a José Caldas, de Santa Maria, afirma ter autorizado a Francisco Farias “propor-vos contracto para toda safra” (AHRs. Fundo Júlio de Castilhos, Série 5, Subsérie 01, cx. 5, m. 19, doc. 03). Em outra carta, enviada poucos dias depois ao mesmo José Caldas, Júlio afirmava: “Desejo ajusteis contracto Francisco Farias, cujos compromissos subscreverei. Tudo será cumprido fielmente da nossa parte” (AHRs, Fundo Júlio de Castilhos, Série 5, Subsérie 01, cx. 5, m. 19, doc. 05). A existência de relações entre Castilhos e Francisco Farias anteriores ao contrato referido no inventário fica evidenciada também na carta enviada por Farias a Júlio, a 25 de março de 1896, demonstra que ambos se conheciam há alguns anos. A carta é endereçada da Boa Vista e trata de questões relacionadas ao cercamento de campos da fazenda e do gado existente nela (AHRs. Fundo Júlio de Castilhos, Série 5, Subsérie 01, cx. 5, m. 19, doc. 08).

Assim, parece evidente que Júlio sustentava a família não somente com as atividades que realizava na capital, mas também com atividades advindas de investimentos rurais. Além dos ganhos com a criação de animais, a sociedade garantia a Castilhos um ganho extra, advindo do aluguel de campos para a criação destes animais. Segundo consta no inventário, “a sociedade utilizara-se dos campos da Fazenda “Boa Vista” e da internada denominada “Cervo”, pelas quaes pagava o arrendamento de quatro contos e quinhentos mil reis annuaes” (APERs, Comarca de Porto Alegre, 1903, Inventário de Júlio Prates de Castilhos. Versão pdf. f. 27v).

Como é possível perceber, parte do capital da família de Júlio de Castilhos provinha de atividades rurais, especificamente da criação de animais. Mesmo que Júlio tenha seguido por um caminho distinto do pai, formando-se bacharel em Direito, vivendo na capital do estado e atuando diretamente na política regional, ainda mantinha uma forte base econômica rural.

É possível que a sociedade firmada por Júlio com Farias tenha sido firmada depois do falecimento do irmão Francisco Prates de Castilhos. Não conseguimos determinar o ano da morte de Francisco, mas, correspondências enviadas pela viúva Virgínia ao cunhado Júlio indicam que, na década de 1890, Francisco era falecido.

A análise da correspondência entre Júlio e o irmão Francisco, ou Chiquinho, como a ele se referia, revela que os irmãos possuíam negócios em sociedade. Tendo retornado de São Paulo no início da década de 1880, já formado e vivendo na capital, Júlio é sustentado em grande medida pelas rendas provenientes das atividades rurais. O exercício da advocacia não lhe rendia os ganhos necessários, como expõe na carta enviada ao irmão Francisco, cujo trecho abaixo transcrevemos:

Em materia de advocacia nibienni mal [sic]. Si não tenho razões para estar contente, também não as tenho para estar absolutamente descontente. O que é, porém, certo, é que, si as cousas correrem sempre como estão correndo agora no principio, não poderei de forma alguma permanecer aqui. Principando, como estou, a carreira aqui, tenho assim mesmo ganho mais do que esperava, apesar de não ganhar nem para a 3ª parte das despesas que faço. (VELHO, 2013, p. 27).¹¹

Na mesma correspondência, Júlio avisa ao irmão que “[...] si em setembro V. tiver algum dinheiro disponível, deverá reservar para mim um pouco; pois é possível que n’esse tempo eu precise de alguma quantia para ocorrer ás despesas” (VELHO, 2013, p. 28). Em agosto, Júlio reforça o pedido:

Na carta que lhe escrevi [...], lhe disse que, si em setembro tiver algum dinheiro disponível, reserve um pouco para mim. Agora, apesar de si haverem decorrido muitos poucos dias, o meu pedido já é n’outro tom. É que o caso não é para facilitar: - os dias escôam-se, e nada de entrar-me no escriptorio mais trabalho, d’onde o receio de não ter dinheiro para setembro. Por isso, lhe peço que, si lhe tiver sobrado dinheiro disponível da ultima venda de gados, telegrafe-me – certificando-me, e ao tempo diga quanto me poderá fornecer – sem crear embaraços para si (VELHO, 2013, p.45).

Como é possível inferir pela correspondência, Francisco permanecia em São Martinho tratando de negócios com animais, dos quais Júlio tinha parte e aos quais recorria para se sustentar. Na carta já referida, de julho de 1883, Júlio inqueria seu irmão acerca dos negócios: “Conte-me como estão os nossos gados; si prometem bom engorde na safra próxima.

¹¹A carta é endereçada de Porto Alegre no dia 30 de julho, sem haver referência do ano. Entretanto, como Júlio aponta estar no início de sua carreira na advocacia e no contexto do conjunto de correspondências, podemos inferir que se trata de uma correspondência do ano de 1883.

Poderemos fazer boa venda de vaccas? Exponha tudo minunciosamente” (VELHO, 2013, p. 29). Grifo nosso.

A relação de negócios que Júlio mantinha com o irmão Francisco pode ter sido condicionada ou incentivada pela divisão de bens da família realizada após a morte de Francisco Ferreira de Castilhos. Na partilha de bens efetuada naquela ocasião, a Fazenda da Boa Vista, propriedade da família avaliada em 19 contos de réis, foi dividida entre os irmãos Júlio e Francisco, recebendo cada qual uma parte no valor de 9 contos e 500 mil-réis.¹² Como é possível perceber, os dois irmãos tornaram-se sócios da posse da propriedade e, como demonstram as correspondências, estenderam esta sociedade para a criação de animais que realizavam na Fazenda Boa Vista.

Tratativas acerca de negócios com animais são recorrentes nas correspondências de Júlio ao irmão. É o que ocorre na carta de 27 de agosto de 1883:

Quanto aos nossos gados internados, não preciso absolutamente dizer-lhe palavra alguma. Melhor do que eu, V. conhece a necessidade que temos de fazer bom negócio na próxima safra. Desde que os nossos gados estejam bem gordos, poderemos, não só vender um número crescido, como obter o preço mais alto que aparecer. Em qualidade o nosso gado é igual aos melhores, portanto um bom negocio depende apenas do estado de gordura. Não deixe de ir de quando em vez ver as nossas vaccas internadas. A safra próxima não promete ser melhor do que a passada; entretanto, é de presumir que a charqueada d'aqui e a de Cachoeira, pelo menos, pagarão os 32\$000 (bois) e as 24\$000 (vaccas). (VELHO, 2013, p. 55).

Nesta correspondência fica evidenciado não somente o tipo de negócio que Júlio e Francisco mantinham – a criação de gado – como também sua ligação com a produção charqueadora. Esta ligação, inclusive, gerava grandes preocupações a Júlio, uma vez que a crise que se abatia sobre a produção charqueadora naquela década tinha reflexos nas atividades produtivas dos irmãos. Afirmava Júlio, na carta de 30 de julho de 1883, que “Os negócios de charqueada em Pelotas estão pessimos. Acabaram de quebrar agora 3 charqueadores” (VELHO, 2013, p. 30). Júlio certamente não estava errado acerca das informações que concedia ao irmão sobre as charqueadas de Pelotas. Jonas Vargas (2014, p.

¹² APERS. Inventário de Francisco Ferreira de Castilhos, 1871. f. 110v e 112.

190) destaca que a década de 1880 marca o início da decadência das charqueadas em Pelotas, que já vinha enfrentando agravamento das crises entre os anos de 1860 e 1870.

Apesar das referências à crise das charqueadas de Pelotas, é possível presumir que os irmãos ou não vendiam seu gado para o complexo charqueador pelotense ou buscaram, ante a crise, outra alternativa. Em carta dirigida a Hermínio Franco do Espírito Santo, seu cunhado (já que casado com sua irmã Adelaide), a 16 de setembro de 1883, Júlio aponta a situação ruim dos negócios, devido à crise dos charqueadores, sobretudo de Pelotas, mas aponta que “Felizmente, para os invernadores de Cima da Serra existe a Charqueada do Claussen e uma outra recentemente instalada perto da capital. Ambas são fortes e matam (sic) muito” (VELHO, 2013, p. 68). É provável que era a estas charqueadas, menos atingidas pela crise do momento, que Francisco e Júlio vendiam os animais que criavam. Em outras cartas é possível encontrar mais referências à charqueada do Claussen, de Cachoeira.

Apesar das queixas e medo em relação aos negócios, ao que parece, na venda de gado no ano de 1883, os irmãos obtiveram bons preços. Como Júlio explica ao cunhado Hermínio, “Abriu-se ha poucos dias a safra de gado. Os primeiros preços não são tãoos máus, como era de esperar e como todos de facto esperavam. [...]. Esta pequena alta sobre os preços da safra passada é devida ao aumento do consumo no norte e á escassez do gênero” segundo o que Júlio lera numa revista (VELHO, 2013, p. 125). Animado com o bom preço conseguido na safra daquele ano, Júlio afirma ao irmão Francisco: “A Bôa-Vista pôde nos dar grande lucro na presente safra” (VELHO, 2013, p. 129).

Como é possível perceber, mesmo residindo na capital e dedicando-se às atividades advocatícias e junto ao jornal *A Federação*, fundado em 1884, Júlio não só mantinha negócios em São Martinho, de cuja renda dependia, como também se envolvia diretamente nos negócios, como aponta ao cunhado Hermínio, em carta escrita a 10 de abril de 1884: “acresce que tenho necessidade de ir ver os meus negocios da Boa-Vista, que não devo abandonar aos descuidos e á inercia do Chiquinho, o qual por si so nada resolve e nada faz” (VELHO, 2013, p. 173).

Além de cuidar de seus próprios negócios, a correspondência familiar revela que Júlio também estava sempre envolvido com negócios da família. A 13 de novembro de 1883 escrevia a sua mãe, Carolina Prates de Castilhos, noticiando sobre negócios: “Estive com o

Esteves varias vezes. Segundo disse-me, obtive do charqueador 33\$000 para o seu gado, e vai telegrafar-lhe hoje” (VELHO, 2013, p. 118). Ou seja, a ligação de Júlio com negócios familiares e rurais não só era grande como exigia dele dedicação, já que inúmeras são as cartas em que trata destes assuntos. Dedicação compreensível quando levamos em conta que ele dependia financeiramente do sucesso destes negócios.

Considerações finais

A historiografia acerca do início do período republicano no Rio Grande do Sul já revisitou a ideia, antes aceita, de que os republicanos teriam uma origem menos abastada, já que estavam mais ligados aos setores médios da sociedade sul-rio-grandense, diferentemente dos antigos liberais e conservadores, que provinham de ricas famílias rio-grandenses, especialmente estancieiras. Os trabalhos de Joseph Love (1975), Luiz Alberto Grijó (2005), Jonas Vargas (2010) e Tassiana Saccol (2013) são apenas alguns exemplos que demonstram que os republicanos não estavam tão distantes da base agrária – muitos eram filhos de estancieiros – que havia caracterizado tanto os políticos liberais e conservadores do período imperial quanto os federalistas da Primeira República.

A análise que apresentamos a partir do caso do chefe republicano Júlio de Castilhos, não somente corrobora a origem agrária dos republicanos, como buscou demonstrar que seu sustento, quando atuando no espaço urbano, no mundo da política e das profissões liberais, ainda estava assentado nas atividades rurais.

Assim, a carreira profissional e política de Júlio Prates de Castilhos, que é sempre destacada como ligada essencialmente ao universo urbano da capital do estado, deve ser questionada quando consideramos os capitais utilizados na formação desta carreira, sejam eles familiares, sejam os capitais provenientes dos investimentos e atividades do chefe republicano.

Mesmo tendo deixado o universo familiar rural muito cedo para dedicar-se aos estudos e, depois de retornar Rio Grande do Sul, ter fixado residência em Porto Alegre, não é possível desvincular o universo econômico de Júlio de Castilhos das propriedades que possuíam em Vila Rica (antes São Martinho). A atividade desempenhada pelo pai, Francisco, de criação e

venda de animais, não foi abandonada pelos filhos, ao menos é o que podemos afirmar em relação a Francisco Prates de Castilhos e o irmão Júlio. Ambos atuaram como sócios na criação de animais na propriedade que herdaram do pai, a Fazenda da Boa Vista. Era Francisco, que residia em Vila Rica, quem cuidava mais diretamente dos negócios. Mas Júlio não deixava de envolver-se, solicitando constantemente informações ao irmão e fazendo tratativas acerca da venda dos animais.

Assim, uma análise do papel exercido pelo chefe republicano no período inicial da República não pode prescindir de considerar o universo econômico e familiar que garantiu sua permanência na capital. Neste sentido, mesmo sendo um típico profissional liberal urbano, advogado, jornalista e político, parte importante de seu universo ainda estava assentado no mundo rural e nas tradicionais atividades pecuárias familiares.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Thiago Leitão de. **Escravidão, fronteira e liberdade:** políticas de domínio, trabalho e luta em um contexto produtivo agropecuário (vila de Cruz Alta, província do Rio grande do Sul, 1834-1884). Porto Alegre: PPGH/UFRGS, 2008. (Dissertação de Mestrado)

BAKOS, Margaret Marchiori. **Júlio de Castilhos:** Positivismo, Abolição e República. Porto Alegre: IEL; EDIPUCRS, 2006.

CARVALHO, José Murilo de. **A Construção da ordem:** a elite política imperial. *Teatro de Sombras:* a política imperial. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CORRÊA, André do Nascimento. **Ao sul do Brasil Oitocentista:** escravidão e estrutura agrária em Caçapava, 1821-1850. Santa Maria: PPGH/UFSM, 2013. (Dissertação de Mestrado).

DECON. **Censo de 1872:** Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Pelotas: DECON, 2006. Disponível em <http://ich.ufpel.edu.breconomiaconteudo.phppagina=15>. Acessado em 10/09/2008.

FARINATTI, Luís A. **Confins Meridionais:** famílias de elite e sociedade agrária na fronteira sul do Brasil (1825-1865). Editora UFSM. Santa Maria, 2010.

GRIJÓ, Luiz Alberto. **Ensino jurídico e política partidária no Brasil: a Faculdade de Direito de Porto Alegre (1900-1937)**. Niterói: PPGH/UFF, 2005. (Tese de Doutorado)

LOVE, Joseph. **O regionalismo gaúcho e as origens da Revolução de 1930**. São Paulo: Perspectiva, 1975.

PINTO, Natália. **A Benção Compadre: Experiências de parentesco, escravidão e liberdade em Pelotas, 1830/1850**. São Leopoldo: PPGH/UNISINOS, 2012. (Dissertação de Mestrado).

SACCOL, Tassiana Maria Parcianello. **Um propagandista da República: política, letras e família na trajetória de Joaquim Francisco de Assis Brasil (década de 1880)**. Porto Alegre: PPGH/PUCRS, 2013. (Dissertação de Mestrado)

VARGAS, Jonas Moreira. **Entre a paróquia e a Corte: os mediadores e as estratégias familiares da elite política do Rio Grande do Sul (1850-1889)**. Santa Maria: UFSM/Anpuh-RS, 2010.

_____. **Pelas Margens do Atlântico: Um estudo sobre elites locais e regionais no Brasil a partir das famílias proprietárias de charqueadas em pelotas, Rio Grande do Sul (século XIX)**. Rio de Janeiro: PPGH/UFRJ, 2014. (Tese de Doutorado)

VELHO, Keter. **Teu amigo certo: Júlio de Castilhos correspondência inédita**. Porto Alegre: Edijuc, 2013.

Fontes

Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul - AHRS. **Fundo Arquivo Particular Júlio de Castilhos**. Série 2: Assuntos Familiares. Subsérie 02: Francisco Ferreira de Castilhos – Correspondência enviada, caixa 2, maço 5.

_____. **Fundo Arquivo Particular Júlio de Castilhos**. Série 2: Assuntos Familiares. Subsérie 04: Carolina Prates de Castilhos – Correspondência enviada, caixa 2, maço 7.

_____. *Fundo Arquivo Particular Júlio de Castilhos*. Série 5: Assuntos Privados de Júlio de Castilhos. Subsérie 01: Correspondência enviada, caixa 5, maço 19.

Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul - APERS. Cartório de Órfãos e Ausentes, Júlio de Castilhos (RS), 1871, Inventário *post-mortem* de Francisco Ferreira de Castilhos, n. 93.

_____. Comarca de Porto Alegre (RS), 1903, Inventário de Júlio Prates de Castilhos. Versão pdf.